

**A INFLUÊNCIA DOS “CANÔNICOS” NO DESENVOLVIMENTO DO
PENSAMENTO SOCIOLOGICO: UMA ANÁLISE DO MÉTODO DURKHEIMIANO**

***LA INFLUENCIA DE LAS “CANÓNICAS” EN EL DESARROLLO DEL
PENSAMIENTO SOCIOLOGICO: UNA ANÁLISIS DEL MÉTODO DURKHEIMIANO***

***THE INFLUENCE OF “CANONIC” ON THE DEVELOPMENT OF SOCIOLOGICAL
THOUGHT: AN ANALYSIS OF THE DURKHEIMIAN METHOD***



Diego José CASAGRANDE¹

e-mail: diego.casagrande@estudante.ufscar.br

Como referenciar este artigo:

CASAGRANDE, D. J. A influência dos “canônicos” no desenvolvimento do pensamento sociológico: uma análise do método durkheimiano. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 14, n. 00, e025002, 2025. e-ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v14i00.19622



- | Submetido em: 31/08/2024
- | Revisões requeridas em: 03/12/2024
- | Aprovado em: 15/12/2025
- | Publicado em: 29/12/2025

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (Fatec), Taquaritinga – SP – Brasil. Professor de ensino superior e doutorando do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da UFSCar, na linha de pesquisa “Dinâmica Tecnológica e Organizacional”.

RESUMO: A partir das grandes obras produzidas e difundidas mundialmente, os clássicos responsabilizaram-se por analisar e compreender as transformações da vida social nas esferas econômica, política e cultural. Dentre os principais sociólogos que se enquadram nesta vertente “canônica” estão Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Até os dias de hoje, as correntes de tais clássicos ainda possuem grande poder de reproduzibilidade e aplicabilidade junto ao cenário social, estabelecendo novas perspectivas e níveis analíticos sobre as relações entre indivíduos e seu meio. Com base nesta conjuntura, o objetivo deste trabalho é efetuar, especificamente, uma análise do método sociológico de Durkheim, bem como dos principais elementos que sustentam os vínculos entre individualismo e socialização. Tornou-se possível observar que os pressupostos durkheimianos, apesar de se apresentarem como “clássicos”, continuam demonstrando forte relevância para o processo de discussão dos aspectos que sustentam a sociedade moderna, tendo em vista seu poder reflexivo.

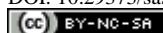
PALAVRAS-CHAVE: Clássicos. Fato social. Individualismo. Socialização. Moralidade

RESUMEN: *A partir de las grandes obras producidas y difundidas a nivel mundial, los clásicos se encargaron de analizar y comprender las transformaciones de la vida social en los ámbitos económico, político y cultural. Entre los principales sociólogos que caen en este aspecto “canónico” se encuentran Émile Durkheim, Karl Marx y Max Weber. A día de hoy, las corrientes de tales clásicos siguen teniendo un gran poder de reproducibilidad y aplicabilidad en el escenario social, estableciendo nuevas perspectivas y niveles analíticos sobre las relaciones entre los individuos y su entorno. A partir de esta situación, el objetivo de este trabajo es realizar, específicamente, un análisis del método sociológico de Durkheim, así como de los principales elementos que sustentan los vínculos entre individualismo y socialización. Se pudo observar que los supuestos durkheimianos, a pesar de presentarse como “clásicos”, continúan demostrando gran relevancia para el proceso de discusión de los aspectos que sustentan la sociedad moderna, dado su poder reflexivo.*

PALABRAS CLAVE: Clásicos. Hecho social. Individualismo. Socialización. Moralidad.

ABSTRACT: *Based on the great works produced and disseminated worldwide, the classics were responsible for analyzing and understanding the transformations of social life in the economic, political and cultural spheres. Among the main sociologists who fit into this “canonical” strand are Émile Durkheim, Karl Marx and Max Weber. To this day, the currents of these classics still have great power of reproducibility and applicability in the social scenario, establishing new perspectives and analytical levels on the relationships between individuals and their environment. Based on this context, the objective of this work is to specifically analyze Durkheim’s sociological method, as well as the main elements that support the links between individualism and socialization. It became possible to observe that Durkheimian assumptions, despite presenting themselves as “classical”, continue to demonstrate strong relevance for the process of discussing the aspects that support modern society, in view of their reflective power.*

KEYWORDS: Classics. Social fact. Individualism. Socialization. Morality.



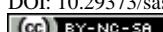
Introdução

De acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002), a reflexão sobre as origens, a natureza e o desenvolvimento da vida social são quase tão antigos quanto a própria humanidade. Em nível mundial, foi no cerne de inúmeras turbulências econômicas, políticas e culturais que a sociologia nasceu. Nesta conjuntura, a sociologia passou a ser considerada um campo de conhecimento que buscava, dentre outros aspectos, tentar explicar, de forma racional, o *caos* que a sociedade parecia estar vivenciando, ao ser impactada por inúmeras transformações. Como disciplina acadêmica, a sociologia foi construída durante as duas décadas finais do século XIX e a primeira década do século XX, especialmente em países como França, Inglaterra, Alemanha e EUA (Connell, 2012). Neste horizonte, a sociologia decorreu dos novos cenários que estavam emergindo perante os homens, visando efetuar reflexões sobre essas mudanças (Sell, 2015; Connell, 2012).

Grande parte dessas transformações sociais foram quase imperceptíveis para aqueles que até então nelas estavam imersos, especificamente quando ocorreram (Quintaneiro; Barbosa; Oliveira, 2012). No decorrer do tempo, contudo, elas passaram a ser absorvidas e, com isso, houve a demanda por compreendê-las. Entende-se, assim, que os impactos acarretados pelo processo transitório da sociedade antiga para a sociedade moderna foram efetivamente sentidos pelo meio social de maneira paulatina. O surgimento da sociologia, assim, está intimamente ligado a um processo que engloba mudanças profundas na estrutura da sociedade, identificando e racionalizando distintas formas dos indivíduos abordarem e pensarem suas realidades (Sell, 2015).

A criação da sociologia, neste cenário, foi uma resposta às mudanças históricas fortemente vivenciadas pela sociedade (Connell, 2012). A ruptura do mundo feudal para o mundo capitalista e os impactos causados por esse processo transitório despertou o interesse, especialmente por parte dos autores clássicos, em desenvolver estudos sobre os fatos e fenômenos sociais, tendo como intuito observá-los a partir de uma perspectiva reflexiva. Diante deste contexto, a sociologia surge com a incumbência de compreender e explicar a sociedade moderna mediante a imposição de uma lógica científica (Bezerra; Ribeiro, 2016). A sociologia, neste sentido, surgiu como parte de um processo intelectual que visava impor uma maneira crítica e racional no modo de ver as coisas para além das crenças e superstições (Giddens, 2008).

Na perspectiva de Sell (2015), inúmeros acontecimentos puderam ser apontados, historicamente, como determinantes para o surgimento da sociologia, dentre os quais se destacam a revolução industrial, a revolução francesa e a revolução científica. Todos eles



impactaram diretamente as bases sociais que englobavam a convivência humana na época. Estes acontecimentos profundos, historicamente, causaram transformações irreversíveis no modo de vida que os seres humanos até então levavam há milhares de anos (Giddens, 2008).

O avanço do sistema de produção capitalista, então predominante na Europa ocidental, também se responsabilizou por desestruturar, com significativa velocidade e profundidade, os fundamentos da vida material nas quais a sociedade até então se sustentava, tais como as crenças e princípios morais, religiosos, jurídicos e filosóficos. O cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas a partir da segunda metade do século XVIII foi resultante da constituição de uma sociedade baseada na produção mercantil. A industrialização, em especial, impôs-se como um marco da transição para a sociedade moderna (Quintaneiro; Barbosa; Oliveira, 2002; Bezerra; Ribeiro, 2016; Quintaneiro, 2002).

As transformações de ordem política, econômica e cultural ocorridas historicamente afetaram de maneira significativa as estruturas da sociedade, desencadeando nos indivíduos a necessidade de uma nova forma de visualizar e compreender o mundo no qual estavam inseridos. A sociologia, assim, surge como uma ciência que tinha como propósito central conceder explicações lógicas e racionais para esses fenômenos. Por meio das problemáticas que formulavam, os sociólogos clássicos como Marx, Durkheim e Weber buscavam compreender o funcionamento da vida social (Quintaneiro; Barbosa; Oliveira, 2002; Bezerra; Ribeiro, 2016). O projeto da sociologia clássica, com base nas vertentes de seus autores canônicos, pauta-se em diferentes formas de observar a realidade social empiricamente.

Os clássicos e a construção do pensamento sociológico

Até meados do século XVIII, a sociologia ainda não estava solidificada como uma área autônoma do saber. A história da sociologia, com base em suas teorias e ideias centrais, começa no final do século XIX. Até aquele momento, não havia uma relação de textos sociológicos clássicos, tal como existe na modernidade. Pode-se ressaltar, deste modo, que a sociologia do século XIX marca, de maneira incontestável, um momento da reflexão dos homens sobre as suas realidades vivenciadas, fazendo com que o *social* passasse a ser um objeto tematizado. Por meio de uma consciência de si mesmas, as sociedades passaram a conceber estudos sobre os aspectos inerentes ao contexto da vida coletiva em sua totalidade (Connell, 2012; Aron, 1999).

A própria reflexão sobre os autores considerados clássicos, por sua vez, distingua-se da atual. Contemporaneamente, contudo, uma parcela significativa dos compêndios introdutórios



sobre a área apresenta discussões fundamentadas nas abordagens de Marx, Durkheim e Weber. Essa *trindade*, assim denominada por muitos dentro do plano sociológico, empregou esforços com o propósito de estabelecer um processo construtivo da própria ciência social em sua concepção global, consolidando-a como uma área do saber. Tais autores possuem impacto para serem postulados como clássicos (Giddens, 1998; Connell, 2012; Castro, 2022; Oliveira, 2023).

No Brasil, no decorrer da década de 1950, o sociólogo Florestan Fernandes foi o responsável por sistematizar as teorias sociais vinculadas a cada um dos três grandes pensadores clássicos (Durkheim, Marx e Weber), evidenciando os seus pressupostos e vieses analíticos (Shiota, 2019). Pode-se afirmar, a partir desta contextualização, que essa tríade de sociólogos assumiu uma posição de protagonismo, dentro de um marco histórico, ao formular argumentos capazes de explicar a sociedade mediante o exame de suas estruturas.

A conjuntura evidenciada demonstra que a formação acadêmica em ciências sociais se concentra, até hoje, especialmente nos debates teóricos produzidos especificamente por homens brancos e burgueses, de origem predominantemente europeia ou norte-americana (Castro, 2022; Oliveira; 2023). Tal configuração, por sua vez, estabelece a existência de um *cânone*. O termo em questão é utilizado para representar um conjunto de autores que, ao longo do tempo, estabeleceram-se como os pilares centrais no universo dos estudos sobre o campo sociológico. Atualmente, no século XXI, esses autores canônicos/clássicos ainda servem como referência com o intuito de interpretar as nuances inerentes ao meio social (Becker, 1996; Connell, 2012).

Em virtude da representatividade de suas obras, Marx, Durkheim e Weber se caracterizam como autores canônicos até os dias atuais, sendo mencionados como os *pais* ou *fundadores* da sociologia. A alcunha de *clássico* se dá, especialmente, em virtude do pioneirismo deles na exploração deste campo (Alexander, 1999). Por meio dos clássicos, construiu-se uma parte significativa do pensamento sociológico que, ainda hoje, encontra-se estabelecido e discutido (Sell, 2015). A partir das obras idealizadas por esse trio cânone, majoritariamente, a sociologia passou a representar um complexo campo de conhecimento composto por métodos, níveis de análise e objetos (Quintaneiro; Barbosa; Oliveira, 2002).

Pautando-se em seus preceitos, Marx, Durkheim e Weber tornaram-se os principais autores responsáveis por tentar responder, cientificamente, os questionamentos que assolavam a coletividade durante os séculos XIX e XX. Cada um desses sociólogos, com base em seus postulados, formulou um conjunto de ideologias a fim de explicar as principais mudanças pelas quais a sociedade estava vivenciando e sendo submetida naquele período histórico. Os clássicos da sociologia, assim, buscavam interpretar as metamorfoses do mundo moderno. Com base



neste cenário transformativo, as investigações sociológicas foram um dos principais meios pela qual a modernidade adquiriu consciência sobre si mesma (Sell, 2015).

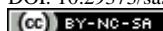
Em escala mundial, os autores clássicos usufruem de *status superior* na literatura. Isso porque, dentro de um cenário histórico, eles foram responsáveis por levantar problemas sociais que ainda se perpetuam nas sociedades contemporâneas, propondo interpretá-los. As abordagens teóricas dos clássicos, de modo geral, apresentam-se como fundamentais e continuam sendo revisitadas no século XXI. Os clássicos, desta forma, continuam servindo como parâmetro para os estudos dos atuais pesquisadores dentro da sociologia (Shiota, 2019).

Dentro do universo no qual as ciências humanas foram concebidas e são desenvolvidas, torna-se mais apropriado efetuar interpretações da realidade social do que explicá-las, tendo em vista a complexidade inerente à mesma (Alexander, 1999). Por meio da análise das obras dos grandes clássicos, tornou-se possível observar que, no campo social, a modernidade acarretou uma forte ruptura com o passado. Ao longo de horizontes temporais distintos, as dimensões econômica, política e cultural da sociedade sofreram expressivas mudanças (Shiota, 2019).

A fim de explicitar as diferenças entre o mundo moderno e as sociedades do passado, assim como entender os fatores que motivaram tal cenário, os precursores da sociologia efetuaram suas análises empíricas (Sell, 2015). Os clássicos, portanto, buscavam simplificar a complexidade da realidade social através do estabelecimento de seus pressupostos (Shiota, 2019). Na concepção de Alexander (1999), a produção de uma ciência social é uma atividade carregada de significativa complexidade tão quanto a criação de nova arte, pois a mesma está associada aos aspectos históricos decorrentes do meio social em suas diferentes esferas.

De acordo com Sell (2015), dentro da sociologia, o apego excessivo aos autores canônicos (Durkheim, Marx e Weber) pode ser interpretado de formas distintas. A partir de uma perspectiva hermenêutica, por exemplo, as obras do passado, no universo das ciências sociais e humanas, possuem um valor expressivo, tendo em vista a autenticidade e originalidade da qual possuem. Deste modo, a releitura e a reinterpretação delas tornam-se essenciais visando o avanço do campo sociológico como objeto de estudo. Para os positivistas, em contrapartida, a dependência da sociologia aos seus autores de fundação revela uma imaturidade científica.

Ao longo do tempo, o conjunto de transformações que a sociedade vivenciou em decorrência da revolução industrial, da revolução francesa e do iluminismo, em especial, precisava ser compreendido e explicado pela razão humana. E foram justamente os autores clássicos da sociologia que tiveram capacidade intelectual para efetuar as análises e reflexões empíricas sobre os cenários então vivenciados. Tais acontecimentos, naquele período, geraram



uma sensação de *crise*, motivando a necessidade de buscar respostas que justificassem tais transformações, bem como os impactos que estas poderiam causar na sociedade (Sell, 2015).

Ao deixarem de considerar as condições de vida sob uma perspectiva totalmente imutável, tal como ocorria durante a idade média, os homens passaram a buscar alternativas a fim de compreender as novas configurações do mundo moderno e as implicações causadas por elas em escopo global (Giddens, 1998). Com base neste escopo, a sociologia também passou a atuar como uma área de estudos que engloba a análise dos aspectos embutidos nas relações grupais e seus elementos, pautando-se nas interações que estabelecem.

O método sociológico de Durkheim e a noção de fato social

No decorrer dos mais de cem anos que nos separam da morte de Durkheim, o legado de sua obra percorreu estradas bastante diversas (Weiss; Benthien, 2017). Em virtude de suas abordagens reflexivas sobre as relações entre a sociedade e indivíduos, ao analisá-los como objetos indiretamente interligados e subordinados, o sociólogo francês Émile Durkheim é tratado, até os dias atuais, como um dos pensadores clássicos que mais fortemente contribuiu para a consolidação da sociologia como uma ciência empírica. Até a publicação de uma das obras seminais de Durkheim, *As regras do método sociológico*, poucos autores tinham desenvolvido suas concepções referentes aos objetos e métodos da sociologia (Steiner, 2016).

Ao contrário dos demais sociólogos clássicos, que pouco se preocupavam com a questão do método aplicado em suas análises aplicadas aos fenômenos sociais, Durkheim desenvolveu raciocínios empíricos para estruturar suas concepções sobre a sociedade (Durkheim, 2007; Quintaneiro, 2002; Sell, 2015). Por meio da aplicação de seu método analítico, a corrente durkheimiana foi capaz de instituir a ciência social junto ao universo acadêmico.

Majoritariamente, o pensamento de Durkheim orientou-se a partir de dois grandes acontecimentos históricos em esfera global: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Com base nos impactos proporcionados globalmente por ambos, a produção científica durkheimiana procurava gerar reflexões acerca das configurações sociais que emergiam na época (Quintaneiro, 2002). Esse cenário motivou Durkheim a propor métodos que fundamentassem uma explicação da realidade social em sua totalidade (Sell, 2015), visando situar e delimitar o campo de conhecimento inerente à sociologia (Rodrigues, 2000).

Publicada originalmente no ano de 1895, no idioma francês, *As regras do método sociológico* constituiu-se como a primeira obra de caráter exclusivamente metodológica,



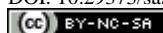
desenvolvida por um sociólogo. Nela, Durkheim buscou elucidar que a sociedade, com base em suas dimensões morfológicas e na categoria como organização central da humanidade, atua de maneira impositiva junto aos seus elementos. Nasce, assim, a noção de *fato social*, que se exprime pela coercitividade emanada da coletividade sobre os seus atores (Rodrigues, 2000). A partir da publicação de *As regras*, Durkheim inicia o processo de sistematização da sociologia, estabelecendo suas configurações como uma disciplina científica (Serva, 2001).

Caracterizado como um discípulo de Augusto Comte, Durkheim defende que a ciência social adote métodos e pressupostos similares aos aplicados no universo das ciências naturais. Seguindo o modelo de outras ciências, a sociologia pode assumir um caráter objetivo e científico, pautando-se nos fatos sociais. Na interpretação de Durkheim, a sociedade é tratada como um elemento norteador dos indivíduos nela inseridos. Neste nível analítico, torna-se papel dos indivíduos submeter-se a um conjunto de leis e normas previamente impostas, tendo como intuito garantir o funcionamento harmônico da coletividade. Desta forma, na concepção de Durkheim, ao inserir-se em uma estrutura social com padrões estabelecidos, os indivíduos passam a agir passivamente visando se integrarem na mesma (Quintaneiro, 2002; Aron, 1999).

Essencialmente, o conceito de fato social é constituído como a base do modelo sociológico durkheimiano. Um fato social é simbolizado por fenômenos externos aos indivíduos, marcados por características coercitivas e generalizadas. Representam um conjunto de ações exercidas impositivamente pelos indivíduos dentro de uma determinada coletividade. As instituições em geral, tais como escolas, igrejas e famílias, dentre outras, são responsáveis por formarem os seres sociais mediante a imposição de normas e crenças a eles. A noção de fato social, neste sentido, remonta a ideia de que os indivíduos nascem no interior de um mundo já constituído, principalmente no âmbito moral (Quintaneiro, 2002; Aron, 1999; Vares, 2016).

Pautando-se nesta linha de pensamento, Durkheim sustentava a tese de que a explicação da vida social se fundamenta na sociedade, e não nos indivíduos. Isso significa que, após serem criadas pelo homem, as estruturas sociais passam a funcionar de modo independente dos seus atores sociais, condicionando assim as ações dos mesmos. Assim, na concepção de Durkheim, a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos que a compõe (Sell, 2015). A noção de *fato social*, desta maneira, simboliza justamente a existência do exercício de uma coerção externa sobre o indivíduo (Aron, 1999), ou seja, do todo genérico perante às partes, conforme elucidado:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência



própria, independente de suas manifestações individuais (Durkheim, 2007, p. 13).

Ainda de acordo com Durkheim (2007), um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que é capaz de exercer sobre os indivíduos. A presença desse poder, por sua vez, ocorre seja pela existência de alguma sanção pré-determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se defini-lo também pela difusão que apresenta no interior de um grupo. Neste sentido, de acordo com a perspectiva de Serva (2001), a exterioridade e coerção se encontram imbricadas na essência do fato social.

Com base na noção de fato social, considera-se que o meio externo se sobrepõe aos indivíduos, induzindo-os ao exercício de condutas pré-determinadas (Durkheim, 2007). As manifestações coletivas, assim, são uma das formas mais significativas de demonstração de um poder imperativo, caracterizando-se como independentes das manifestações individuais (Quintaneiro, 2002; Bezerra; Ribeiro, 2016; Rodrigues, 2000). Tal perspectiva significa que as ações individuais dos homens, em inúmeras ocasiões, são determinadas por convenções sociais, e não necessariamente pautadas em suas vontades ou interesses próprios (Giddens, 2005).

Ao viver em sociedade, os homens concebem instituições sociais que possuem dinâmicas próprias (Sell, 2015). Tomando por base a forma pela qual desenvolveu a sua concepção sobre a sociedade e os seus elementos interagentes, Durkheim defende que a sociologia, em sua essência, representa o estudo dos fatos essencialmente sociais. A sociologia, por consequência, busca explicar como os objetos explicam os sujeitos (Aron, 1999; Sell, 2015), ou seja, de que modo a sociedade age sobre os indivíduos que nela estão participando.

Na medida em que é imposto ao indivíduo pela coletividade da qual está submetido, um fenômeno (fato) passa a ser reconhecido como social. Através desta ótica, vislumbrando a posição de Durkheim, convenia-se tratar os fatos sociais como *coisas* (Aron, 1999). Com base neste pressuposto, torna-se possível estabelecer uma analogia, pautando-se na abordagem metodológica durkheimiana, de que os indivíduos inseridos em uma sociedade se assemelham a elementos químicos que, ao se juntarem, formam uma determinada substância. Os fenômenos sociais, portanto, tendem a diferir daqueles ocorridos em nível individual, já que a sociedade se enquadra como *um todo*, ao passo que os indivíduos representam suas partes (Giddens, 2005).

Ao explicar a noção de fato social a partir de seu método sociológico, Durkheim aponta que todos os homens, em qualquer lugar do mundo, nascem em uma sociedade já constituída. Por ser dotada de uma estrutura ou organização previamente bem estabelecida, tal sociedade, por si só, tende a condicionar e/ou influenciar efetivamente as personalidades dos indivíduos.



Neste sentido, o indivíduo passa, então, a configurar-se como um elemento da totalidade das relações que constituem uma determinada sociedade. Considerando as circunstâncias evidenciadas, entende-se que o indivíduo é um *produto* de sua exterioridade (Giddens, 2005).

Na metodologia sociológica de Durkheim, os fatos sociais estão vinculados a tudo aquilo que é considerado compulsório aos indivíduos, tendo como base seu meio de convivência. Os homens, portanto, não se configuram como seres totalmente livres ou autônomos em suas atitudes e decisões rotineiras, em virtude das repressões exercidas pela sociedade que integra. Em geral, grande parte das ideias e predisposições dos indivíduos em suas ações cotidianas não são decorrentes necessariamente deles próprios, mas emergem de fora, penetrando-se de maneira incisiva (Durkheim, 2007).

Ainda de acordo com Durkheim (2007), os fatos sociais, em virtude da generalidade e coercitividade da qual possuem, pertencem à coletividade e não aos indivíduos. De modo geral, o estado de dependência do indivíduo ao seu meio torna-o parte integrante do chamado *todo social*. Tais vínculos implicam no estabelecimento e cumprimento de normas morais distintas. Existe, portanto, o estabelecimento de novas formas de relação e integração social, sendo as mesmas explicadas mediante a aplicação dos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

Individualismo e socialização na perspectiva durkheimiana

No escopo da conjuntura inerente aos pressupostos enfatizados em seu método sociológico, Durkheim emprega um esforço sistemático com o intuito de estabelecer explicações sobre o meio social, baseando-se nas regularidades e convenções que ele apresenta mediante a sua estrutura funcional, bem como baseando-se nos seus atores sociais (Rodrigues, 2000). A sociedade, em seu escopo, é estruturada e concebida como base nos elementos que os compõe: os seres humanos. Os indivíduos, contudo, são orientados pela sociedade.

Reiterando essa visão, Vares (2011, p. 436) enfatiza que “a sociedade constitui uma síntese das relações estabelecidas entre seus membros e, portanto, não se confunde com suas partes elementares”. Cria-se, assim, uma abordagem análoga dos indivíduos como sendo *órgãos* de um sistema biológico, mediante uma perspectiva integralista, na qual o todo é composto por partes distintas.

A partir da concepção sobre a natureza do processo de socialização dos indivíduos, entende-se que, para se enquadrar na categoria de coletivo, um fenômeno deve ser comum a



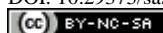
todos os membros da sociedade ou a uma parcela considerável dela. Os fenômenos sociais representam, portanto, um *estado de grupo* que é incorporado aos seus indivíduos impositivamente. Os grupos, apesar de formados por indivíduos, fazem com que estes percam autonomia particular. Por assumirem um caráter coletivo, os fenômenos sociais emergem do todo para as partes (indivíduos), e não de modo inverso (Durkheim, 2007). As ações individuais, assim sendo, são concebidas a partir de um conjunto de fatores sociais (Blumer; Reis, 2018), o que demonstra a prevalência da sociedade sobre os seus indivíduos, conforme aponta Vares (2011). A sociedade é resultante de agentes que operam em interdependência:

Para Durkheim, a sociedade é anterior aos indivíduos, cabendo a estes obedecer às normas e as leis impostas para que a coletividade funcione em harmonia. Neste sentido, destaca-se a visão da sociedade em que o indivíduo age de forma passiva em face da estrutura social dada, havendo a preocupação constante com o reestabelecimento da ordem e da integração social para que o organismo funcione corretamente (Bezerra; Ribeiro, 2016).

Pautando-se na perspectiva de sociedade defendida por Durkheim, considera-se que o meio social é resultado de um conjunto de elementos e interações gerados a partir de diferentes fenômenos e momentos históricos. A sociedade apresenta-se como uma realidade distinta em comparação às realidades individuais. Os fatos sociais, deste modo, não são causados por um fato oriundo da psicologia individual. Dentro do seu pensamento metodológico, Durkheim considera que o fato social, em sua essência, é originário da associação entre os homens, sendo muitas vezes distinto ao que se passa no nível de suas consciências internas (Aron, 1999). A noção de fato social, assim, não se aplica às manifestações individuais (Bezerra; Ribeiro, 2016).

Durkheim enfatizava que, historicamente, a coação tornou-se algo essencial para a construção da vida social. Em suas análises empíricas acerca dos fenômenos sociais, Durkheim rejeitava que o individualismo fosse caracterizado como uma abordagem aceitável dentro da teoria social. Defendia-se, a partir deste enfoque, uma premissa na qual a exterioridade (oriunda das coerções coletivas) quase sempre irá sobrepor-se às decisões e comportamentos de caráter particularista. Não há, para Durkheim, a possibilidade de conceder ao indivíduo qualquer tipo de preeminência sobre a sociedade da qual ocupa. A partir desta linha de raciocínio, entende-se que o indivíduo é considerado inferior à sociedade em que vive (Giddens, 1998; Sell, 2015).

Durkheim identificou, ao longo do tempo, que um dos traços marcantes da sociedade moderna é o individualismo (Sell, 2015). Apesar disso, com base no exercício de seu método, a sociologia durkheimiana não pauta a sua análise no indivíduo, mas sim no meio social que o incorpora. Em geral, os sociólogos não estudam a sociedade com base em suas unidades, mas



em suas estruturas. Durkheim defende a ideia de que os vínculos entre os homens e a sociedade se formam em virtude da moralidade. Assim, as ações individuais quase nunca são desenvolvidas de forma espontânea, mas sim mediante laços de consciência coletiva firmados entre os homens e seus grupos. Isso explica o motivo pelo qual os homens, apesar de buscarem cada vez mais autonomia e adotarem posturas egoístas, ainda dependem da sociedade e dos laços criados junto a ela. O fenômeno da moralidade, assim, demonstra o seu caráter social, pois remete à relação sustentada com a sociedade (Giddens, 1998; Vares, 2011).

Em sua essência existencialista, a moral é fundada em virtude dos vínculos mantidos pelos homens junto à sociedade. Deste modo, não é a liberdade que contribui para fazer do homem uma parte integrante do todo social e se caracterizar como um ser moral, mas sim o seu estado de dependência em relação ao seu próprio meio. Neste sentido, na ótica de Durkheim, o vínculo à sociedade é considerado a fonte da moralidade. Não seria necessário que a moralidade existisse caso não houvesse a formação da sociedade. No processo de socialização, portanto, o indivíduo possui consciência que a sua participação na vida social implica na aceitação e na obediência das regras morais estabelecidas pelo círculo que lhe incorpora (Paugam, 2017). A sociedade torna-se, deste modo, o ponto de evolução do progresso moral dos seus indivíduos.

Essencialmente, as normas morais se configuram como um conjunto de obrigações impostas pela sociedade junto aos indivíduos, das quais precisam ser cumpridas por eles. Os membros da sociedade, com base nesta concepção, tornam-se estimulados a superar as suas naturezas individuais não somente em decorrência de ordens, mas predominantemente em prol de uma noção de dever e obrigação perante uma coletividade existente (Quintaneiro, 2002). A moralidade passa, então, a ser uma espécie de *fio condutor* da ação humana em seu meio social, em decorrência da realidade encontrada pelas imposições externas. Segundo Paugam (2017), ao viver em coletividade, o homem busca construir laços. A força de tais laços, contudo, dependerá do quanto vinculado os seres humanos estarão aos seus sistemas sociais.

As condutas individuais, deste modo, são prescritas pela sociedade aos sujeitos diante de determinadas circunstâncias. Dentro do pensamento durkheimiano predominante, os seres humanos assumem a categoria de um organismo cuja função é responder, majoritariamente de forma passiva, às forças que lhe são impostas pela sua própria estrutura social. Pressupõe-se, que o comportamento dos indivíduos, enquanto membros de uma coletividade, é comumente expresso pela atuação do sistema social sobre eles. Os fatores sociais, assim, são responsáveis por produzir as ações individuais (Quintaneiro, 2002; Blumer; Reis, 2018). Diante desta

conjuntura, as regras morais apresentam-se com um caráter impessoal, pois ao se universalizarem, não estabelecem vínculos com os indivíduos em particular (Giddens, 2005).

Ao agir sobre os indivíduos, o meio social busca modelar as suas formas de agir, pensar e sentir. À medida em que o indivíduo expande os seus vínculos, maior será a pluralidade das regras morais sob as quais ele estará submetido. Busca-se, neste cenário, socializar os indivíduos a fim de que as suas práticas sejam condizentes com o ambiente em que foram formados. Embora produzidos a partir dos vínculos de solidariedade existentes, os fatos sociais adquirem consistência e autonomia em relação aos indivíduos. A partir desta vertente impositiva, a sociedade torna-se resultante da associação entre os seus indivíduos, pois os sujeitos incorporam a realidade do seu universo existencial (Vares, 2011; Paugam, 2017).

Ao explicar o seu método sociológico por meio das noções de fato social, individualismo e socialização, Durkheim salienta que, ao nascer dentro de um determinado meio social, os indivíduos deparam-se com valores, costumes, normas, tradições e leis que não elaborou. Nesta ótica, os seres humanos devem se adaptar a tais elementos genéricos e impositivos para poder sobreviver. A sociedade, apesar de resultante da junção de indivíduos, não pode ser explicada a partir deles isoladamente, pois a sua dinâmica funcional é resultante das relações que se estabelecem entre vários seres em épocas e lugares distintos (Vares, 2016).

Comumente, as representações e condutas dos agentes sociais estão vinculadas, majoritariamente, aos valores e normas impostos pelo meio social em que estão presentes. Dentro da teoria social durkheimiana, a sociedade é compreendida e analisada como um agregado de indivíduos que se vinculam por meio de um conjunto de interações estruturadas, constituindo assim, formas coletivas particulares e características. Para Durkheim, a sociedade configura-se como o lugar no qual se criam os ideais e os elementos simbólicos que promovem as suas representações. A partir desta ótica, considera-se que o todo social produz e domina o indivíduo, por mais que os indivíduos sejam dotados de um poder racional (Steiner, 2016).

Considerações finais

Ainda que os pressupostos teóricos desenvolvidos pelos sociólogos clássicos sofram questionamentos, é improvável negar a relevância que suas reflexões trouxeram visando compreender as causas dos fenômenos sociais e os seus impactos em âmbito histórico. A sociologia, enquanto objeto científico, surgiu com o intuito de visualizar e analisar as manifestações econômicas, políticas e culturais existentes na modernidade, tendo elas sido



resultantes de acontecimentos históricos como a revolução francesa e a revolução industrial, especialmente.

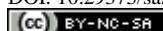
Ao buscar o rompimento com o senso comum, a ciência social enfatiza a necessidade de efetuar uma interpretação racional sobre os fatores que motivaram a derrocada da sociedade tradicional e o consequente advento da sociedade moderna. Com base nesta concepção, a sociologia e seus pensadores clássicos buscam retratar, em linhas gerais, que nenhuma verdade será fortemente constituída e/ou sustentada a ponto de não receber contestações ou prevalecer totalmente sobre outras existentes.

Isso significa que a própria sociedade, mediante as suas configurações coletivas, tende a ser analisada sob diferentes óticas em contextos e momentos históricos distintos. A fim de melhor compreender o surgimento da sociologia moderna e dos seus impactos no meio social ao longo do tempo, é essencial observar o contexto histórico na qual as obras dos autores canônicos foram construídas, bem como observar os seus sentidos, dimensões e aplicações dentro de diferentes horizontes temporais e geográficos estabelecidos.

No escopo da presente pesquisa, na qual o intuito inicial foi elucidar as contribuições dos autores canônicos para a formação do pensamento sociológico moderno, teve-se como intuito evidenciar de que modo o método e as correntes teóricas de Durkheim, pautando-se essencialmente nas noções de fato social e socialização dos indivíduos, buscavam investigar o campo social a partir de seus elementos intrínsecos. Dentro da teoria sociológica durkheimiana, considera-se que o social somente pode ser explicado por ele próprio, e não por seus indivíduos.

Nenhum ser humano, com base em sua própria razão de existência, é completamente indiferente aos aspectos que condicionam o meio social no qual está inserido. Os indivíduos, portanto, *nascem* da sociedade e tornam-se moldados por ela, aderindo aos seus valores, princípios e normas de uma forma nem sempre totalmente racional e voluntária. Com base em suas dimensões analíticas, o método sociológico durkheimiano comprehende que o indivíduo não é a causa da sociedade, mas sim um efeito dela. Sendo assim, evidencia-se a proeminência do coletivo sobre o individual.

A teoria sociológica de Durkheim não nega a existência dos indivíduos, mas os considera como uma categoria socialmente construída já que, para ele, o indivíduo não existe sem a sociedade. Os seres humanos tendem a estabelecer vínculos que os condicionam a agir solidariamente, já que o rompimento dos valores morais estabelecidos no meio social pode acarretar a fixação de sanções individuais e afetar o funcionamento harmônico da coletividade.

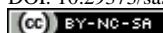


Assim, quanto maior for o estado de dependência entre os seres de um mesmo grupo social, maior tende a ser a força dos laços estabelecidos e a solidez da moralidade que os envolvem.

No universo que compreende as abordagens de fato social e do processo de socialização de Durkheim, estabelece-se uma consciência junto ao indivíduo, de que a participação na vida coletiva exige o cumprimento de regras morais. Dentro da sociedade, é a moral que leva o homem a reger seus movimentos e ações para além dos impulsos egoístas ou individualistas. As forças coercitivas exercidas junto aos indivíduos, portanto, são originárias da estrutura social no qual estes se encontram vinculados, produzindo e orientando os seus comportamentos.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999. Cap. 2. p. 23–90.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BECKER, H. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177–188, out. 1996. DOI: 10.1590/S0104-93131996000200008.
- BEZERRA, C. A.; RIBEIRO, C. **Teorias sociológicas modernas e pós-modernas: uma introdução a temas, conceitos e abordagens**. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- BLUMER, H; REIS, C. M. Sociedade como interação simbólica. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 282–293, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.153656.
- CASTRO, C. **Além do cânone**: para ampliar e diversificar as ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2022.
- CONNELL, R. O império e a criação de uma ciência social. **Contemporânea**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 309-336, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85/50>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. 6. ed. Lisboa: Presença, 2005.
- GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 1998.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Gulbenkian, 2008.
- OLIVEIRA, A. Expandir as ciências sociais, reinventar o cânone. **Contemporânea**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 663-667, 2023. DOI: 10.14244/contemp.v13i2.1251.
- PAUGAM, S. Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 128–160, jan. 2017. DOI: 10.1590/15174522-019004405.
- QUINTANEIRO, T. Émile Durkheim. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M (org.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- RODRIGUES, J. A. (org.). **Émile Durkheim**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- SELL, C. E. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. ed. São Paulo: Vozes, 2015.
- SERVA, M. O fato organizacional como fato social total. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 131-152, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6386/4971>. Acesso em: 23 dez. 2025.



SHIOTA, R. R. Os clássicos da sociologia e nós: reflexão sobre três livros paradidáticos. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/15241>. Acesso em: 23 dez. 2025.

STEINER, P. **A sociologia de Durkheim**. Petrópolis: Vozes, 2016.

VARES, S. F. Os fatos sociais e as coisas: Émile Durkheim e a controversa noção de fato social. **Ponto e Vírgula**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 20, p. 104–121, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/31168/21605>. Acesso em: 23 dez. 2025.

VARES, S. F. Sociologismo e individualismo em Émile Durkheim. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 435–446, maio 2011. DOI: 10.1590/S0103-49792011000200013.

WEISS, R.; BENTHIEN, R. F. 100 anos sem Durkheim. 100 anos com Durkheim. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 16–36, jan. 2017. DOI: 10.1590/15174522-019004401.



CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Não há agradecimentos.
 - Financiamento:** Não há fomento e/ou financiamento para a elaboração do artigo.
 - Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - Aprovação ética:** Não houve necessidade de submissão a nenhum comitê de ética.
 - Disponibilidade de dados e material:** Sim, os dados e materiais utilizados para a elaboração do trabalho estão disponíveis para acesso.
 - Contribuições dos autores:** O autor Diego José Casagrande realizou integralmente todas as etapas referentes a idealização e elaboração do artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

